

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
ALEXSANDRO SANTOS

**CONTABILIDADE PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, POR MEIO DE
ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE**

CURITIBA
2012

ALEXSANDRO SANTOS

**CONTABILIDADE PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, POR MEIO DE
ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE**

Monografia apresentada ao Programa do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Especialista em Contabilidade e Finanças.

Orientadora: Mayla Cristina Costa

CURITIBA

2012

AGRADECIMENTO

Existem muitas pessoas em nossas vidas que nos deixam felizes pelo simples fato de terem cruzado em nossos caminhos. Algumas percorrem ao nosso lado. Há todos eles chamamos de amigo, que durante todo o trajeto de vida, sempre contamos com ela que nos apóiam, nos ilumina, nos incentivam e nos desafiam a vencer nossos obstáculos e nossos medos.

O meu agradecimento vai primeiramente a DEUS, e tudo que tenho e conquistei, e todos os professores que mostraram o caminho do saber.

Agradeço a minha esposa Alexandra que sempre esteve ao meu lado, meus filhos, minha mãe que me deu a vida e mostrou o caminho da verdade.

Agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuiu para realização deste trabalho.

DEDICATORIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que colaboraram, compreenderam e fizeram parte desta longa caminhada em busca do conhecimento, e em especial a minha família que sem o seu apoio não teria conseguido.

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo geral identificar quais os principais aspectos que devem ser considerados para a melhoria e continuidade de um escritório de contabilidade e quais medidas devem ser priorizadas em relação às necessidades dos clientes. Assim, por meio da verificação das ações que o escritório de contabilidade pretendeu-se mapear as ferramentas necessárias para que o cliente seja munido de informações passíveis de serem utilizadas na tomada de decisão. Para atender o objetivo proposto, foi necessário contextualizar a importância dos serviços prestados por meio dos escritórios de contabilidade utilizados pelas Microempresas e Empresa de Pequeno Porte. É relevante frisar a presença do contador desde os aspectos societários, tributário, recursos humanos e gerencial como ferramenta essencial para os administradores ou proprietário das empresas a tornarem-se mais competitiva no mercado. Além disso, para alcançar o objetivo da pesquisa, primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica que forneceu elementos para análise e embasamento das conclusões relatadas, em seguida foi realizada uma pesquisa através de questionário nas empresas que utilizam serviço de contabilidade através de escritório, para identificar a necessidade do cliente em relação a qualidade dos serviços prestados por escritório de contabilidade no que diz a respeito a qualidade das informações prestadas, e descobrir quais as ferramentas relevante essencial ao cliente. Considerando o exposto da pesquisa, conclui-se que a contabilidade é uma ferramenta essencial para que auxiliem os gestores e empresários a tomarem decisão na micro e pequena empresa.

Palavras-chave: Informações Contábeis. Plano de Negócios e Tomada de Decisão.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico.....	53
--------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01.....	51
Quadro 02.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 01.....	45
Tabela 02.....	46
Tabela 03.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CTN – Código Nacional Tributário
DBE – Documento Básico de Entrada
DOC – Documento único de Cadastro
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
EI – Empresa Individual
EPP- Empresa de Pequeno Porte
FCN – Ficha de Cadastro Nacional
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPI- Imposto sobre Produtos Industrializados
IR – Imposto de Renda
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ME – Micro Empresa
NIRE – Número de Identificação do Registro de Empresa
RDC – Resolução da Diretoria Colegiada
SEBRAE – Sistema Brasileiro de apoio às Micros e pequenas Empresas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. PROBLEMA DA PESQUISA.....	13
1.2. OBJETIVOS DA PESQUISA.....	13
1.2.1 Objetivo Geral.....	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3. JUSTIFICATIVA DO TRABALHO	14
1.4. LIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	15
2. METODOLOGIA	16
2.1. QUANTO AOS OBJETIVOS	17
2.2. QUANTO A ABORDAGEM DO PROBLEMA;.....	17
2.3. QUANTO AO PROCEDIMENTO	18
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
3.1. CONCEITO MICRO E PEQUENA EMPRESA.....	19
3.1.1. Definição de Micro e Empresa de Pequeno Porte.....	21
3.1.2. Atuação do Contador na Micro e Empresa de Pequeno Porte.	22
3.2. ESCRITORIO QUANTO ESTRUTURA.....	24
3.2.1. Relação Quanto Estrutura	24
3.3. CONTABILIDADE	29
3.3.1. Origem e Fatos da Contabilidade	29
3.3.2. Conceito de Contabilidade.....	31
3.3.3. Objetivo da Contabilidade.....	32
3.4. CONTABILIDADE GERENCIAL.....	33
3.4.1. Quanto a Contabilidade Gerencial	33
3.4.2. Relatórios Contábeis.....	34
3.5. SERVIÇO OFERECIDO AO CLIENTE.....	35
3.5.1. Quanto Aspecto Societário	35
3.6. QUANTO ASPECTO FISCAL E TRIBUTARIO	40
3.6.1. Função do Tributo.....	40
3.7. PLANEJAMENTO NA MICRO E PEQUENA EMPRESA	41

3.6.1. Plano de Negócio	41
3.8. PLANEJAMENTO TRIBUTARIO.....	42
3.8.1. Importancia do planejamento tributário nas empresas	42
3.8.2. Regime de Tributação	43
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	49
4.1 CONTROLE DE INFORMAÇÕES NAS EMPRESAS	49
4.2 ANÁLISE DE DADOS NAS EMPRESAS	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICES	58

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade surgiu da necessidade do homem em ter um instrumento que relatasse o patrimônio de modo auxiliá-lo na sua mensuração e gestão IUDÍCIBUS (1995).

Segundo o SEBRAE, a cada 10 (dez) empresas abertas ao ano, 7 (sete) empresas fecham as portas antes de completar o segundo ano de vida.

Diante essa realidade, verificar junto ao contador de um escritório de contabilidade quais as ferramentas necessárias deve ser enviado ao empresário e administradores na Micro e Empresa de Pequeno Porte para que auxiliem na tomada de decisão objetivando reverter a pesquisa exposta pelo SEBRAE.

Assim, este trabalho tem por objetivo identificar quais aspectos devem ser considerados para a melhoria de competitividade de um escritório de contabilidade e quais medidas devem ser priorizadas em relação às necessidades dos clientes. Pretende-se também verificar quais ações os escritórios de contabilidade podem verificar junto ao cliente mediante sugestão e medidas para reduzir os impactos de mortalidade desde o nascimento da empresa através da viabilidade do plano de negócio. Sendo assim, houve necessidade de contextualizar a importância dos serviços prestados através do escritório de contabilidade nas empresas desde os aspectos societários, tributário, recursos humanos, gerencial para facilitar a tomada de decisão.

Uma empresa sem contabilidade é uma empresa sem histórico, e sem informação fica difícil essas empresas planejarem o futuro.

O contador de um escritório de contabilidade não pode privar só de apurar imposto e manter a contabilidade em dia. O contador deve contribuir com todas as rotinas da empresa com objetivo de oferecer aos empresários ferramentas que auxiliem na tomada de decisão, desde a sua constituição e prevenção de seu patrimônio e acompanhamento da gestão do negócio. É importante que o administrador tenha ciência do negócio como um todo.

Diante do estudo, será analisado e proposto aos escritórios de contabilidade que forneça ferramentas que auxiliem os gestores das empresas

para tomarem decisões baseadas nas informações contábeis, mostrando a importância da contabilidade como ferramenta de gestão.

1.1. PROBLEMA DA PESQUISA

Para Martins (2005), a mortalidade da micro e empresa de pequenas está relacionada às pressões do dia a dia, e muitas delas não suportam e acabam fechando. De acordo com o SEBRAE, a cada 10 empresas abertas sete fecham as portas. Diante dessa realidade, é necessário entender que a micro e empresa de Pequeno Porte utilizam serviço terceirizado de contabilidade.

Sendo assim, o presente estudo visa identificar ferramentas contábeis que podem auxiliar essas empresas a se organizarem e ter um melhor planejamento acerca da situação financeira.

Quais ferramentas que um escritório de contabilidade pode disponibilizar para Micro e Pequenas empresas para auxiliá-las na tomada de decisão e conseqüentemente sua continuidade?

1.2. OBJETIVOS DA PESQUISA

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar as ferramentas que um escritório de contabilidade pode disponibilizar para a micro e pequenas empresas para auxiliá-las na tomada de decisão e conseqüentemente sua continuidade.

1.2.2 Objetivos Específicos

- 1- Analisar a importância do plano de negócio da micro e pequena empresa;
- 2- Demonstrar uma ligação entre as relações societárias, tributárias, e contábil;

- 3- Demonstrar através da contabilidade as informações necessárias para a tomada de decisão;
- 4- Identificar as ferramentas que demonstrem a melhor forma de tributação;
- 5- Demonstrar de uma forma mais dinâmica as informações do departamento de pessoal para o cliente.

1.3. JUSTIFICATIVA DO TRABALHO

Grande parte das micro e pequenas empresas desconhecem as ferramentas contábeis, conseqüentemente, desconhecem o próprio negócio. Isso tem provocado a alta taxa de mortalidade das mesmas.

Na crescente da economia em todos os setores, a contabilidade tem sua finalidade, e quando utilizada corretamente conseguimos prever o futuro.

A contabilidade nas micro e empresas de pequeno porte para os gestores é luxo desnecessário, e na maioria é prestado por terceiro, manter um contador na empresa é impossível, o custo é elevado para dispor de um profissional qualificado. Dessa forma, os empresários de pequena empresa não percebem a importância da contabilidade, apenas considera o contador para cuidar da contabilidade fiscal voltada para atender as exigências do fisco.

Segundo o SEBRAE, a cada 10 (Dez) empresas abertas, 7(Seete) fecham as portas antes de completar o segundo ano de vida. Assim, a escolha do tema vem de encontro com a necessidade do cliente, com objetivo de mostrar a importância da contabilidade como ferramenta de gestão fornecida por meio de escritório de contabilidade transformando em relatório de fácil compreensão para auxiliar o gestor nas empresas na tomada de decisão.

Acredita-se que a presente pesquisa possui relevância ao procurar salientar a importância da contabilidade como meio de informação no processo decisório, bem como a sua importância para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, e reverter o cenário negativo exposto pelo SEBRAE em 2010.

Dessa maneira, considera-se necessário que o contador conheça a estratégia de seu cliente e transmita assim informação clara e objetiva para

auxiliar o gestor no processo decisório do seu cotidiano. Considera-se ainda que o contador que visita seu cliente na medida de sua necessidade orienta em suas decisões, podendo ter essa ferramenta como um diferencial, traduzindo os relatórios e disseminando assim o interesse do empresário.

1.4. LIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa limita-se as empresas Micro e empresa de Pequeno Porte, que utiliza serviço através de escritório de contabilidade.

A proposta desta monografia é verificar se as informações enviada aos clientes por meio de escritório de contabilidade são claras e objetivas e de fácil entendimento por partes dos gestores e proprietário da Micros e Empresa de Pequeno porte para auxiliarem em sua atividade cotidiana. E com bases nas respostas extraídas dos questionários enviados aos empresários, sugerir aos contadores dos escritórios de contabilidade, para que forneçam ferramentas necessárias, para que os gestores das empresas tenham um controle eficiente do negócio e tomem decisões certas para o empreendimento.

2. METODOLOGIA

A seguir, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração do presente trabalho. Antes de se começar uma pesquisa, é preciso entender: o que é pesquisa, quais os métodos existentes, onde será realizada e qual o método mais adequado para esta pesquisa. A pesquisa científica pode ser considerada, de forma simples, como a procura de respostas para indagações propostas. Minayo (1993, p.23), classifica como “atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade”.

Para Demo (1996, p.34) a pesquisa é um “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”. Já na concepção de Gil (2006, p.42), é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Sendo assim, a pesquisa pode ser considerada um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm procedimentos racionais e sistemáticos como sua base. A pesquisa acontece quando se tem um problema e se busca informações para solucioná-lo.

Em função da abordagem do problema e dos objetivos da pesquisa, a primeira é quantitativa e a segunda é exploratória. A primeira abordagem refere-se à análise dos dados cedidos pela empresa estudada. Segundo Beuren (2000, p 92):

“[...] caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficientes de correlação, análises de regressão, etc.”

Segundo Gil (1999, p. 80) é exploratório porque “[...] é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato”, o qual é o pouco conhecimento na área de planejamento tributário da empresa, tão menos a aplicabilidade do mesmo, nas pequenas empresas essa função é designada ao contador.

Quanto aos procedimentos se dá por meio de um estudo de caso, através de questionário enviado aos clientes que utilizam serviços de escritório de contabilidade, e que será analisada e servirá de base para analisar o desempenho do escritório de contabilidade a necessidade do cliente em relação aos serviços prestados verificar quais as ferramentas os contadores de escritório de contabilidade devem enviar aos seus clientes para que utilizem no cotidiano e facilitar a vida dos mesmos, para tomada de decisão através dos relatórios fornecida através da contabilidade.

É um estudo de caso, pois estuda uma determinada situação real, uma empresa com um problema específico. Teórico porque é necessário o estudo de livros, artigos, leis, resoluções e normas. Documental, pois para o estudo são necessários documentos cedidos pela empresa. Participativo de modo que o aluno possa ao fim fazer propostas de melhoria. E por fim, é de simulação, pois se monta cenários futuros.

2.1. QUANTO AOS OBJETIVOS

Os objetivos estabelecidos no trabalho serão determinados conforme o enquadramento em seu tipo de pesquisa, que neste caso se enquadra em uma pesquisa descritiva que pode ser definida por Andrade (2002) *apud* Beuren et al. (2006, p.81) “a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles”.

Ainda de acordo com Demo (1989, p.13), “as pesquisas descritivas são observadas, registradas, analisadas, classificadas e interpretadas, sem interferência do pesquisador, uso de técnicas padronizadas de coleta de dados (através do questionário e observação sistemática)”. Sendo assim, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, todavia não podem ser manipulados pelo pesquisador.

2.2. QUANTO A ABORDAGEM DO PROBLEMA

A abordagem do problema pode ser abordada nas seguintes formas: qualitativa, quantitativa.

Sendo que Godoy (1995) afirma que a pesquisa qualitativa objetiva o entendimento do processo e tem por fim conferir como um específico fenômeno ocorre em seu ambiente natural.

O autor cita a necessidade da obtenção de dados descritivos gerados a partir da interação do pesquisador com a situação estudada. Logo, de acordo com o que foi exposta, a pesquisa em questão se trata de uma pesquisa qualitativa.

2.3. QUANTO AO PROCEDIMENTO

Estudo de caso, através de questionário que será enviado para os clientes, com objetivo de avaliar a necessidade avaliar os serviços prestados por meio de escritório de contabilidade e ferramenta necessário ao cliente.

Os procedimentos técnicos estão relacionados com a maneira pela qual se conduz o estudo e se obtêm os dados. Para o presente estudo observa-se Gil (2006, p. 66)

“A pesquisa documental assemelha-se muito a pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.”

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. CONCEITO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA

Para Ludicibus (2000), pode até faltar engenheiro, economista, técnico em administração, mais dificilmente vai faltar um contabilista, pois um contador põe ordem, classifica, agrega e inventaria o que o home produz independente do tamanho da empresa seja ela pequena ou grande, sempre vai haver registro de análise contábil, o que é a contabilidade hoje na era moderna, e graças pelo que a contabilidade realiza dentro das atividades econômicas.

As dificuldades de definição do conceito de micro e pequenas empresas e o peso do setor informal na economia brasileira levam a diferentes visões sobre a importância destas empresas na economia do país. Segundo estimativas do SEBRAE (2002), há cerca de cinco milhões de empresas no Brasil, das quais 4,6 milhões são microempresas.

As estatísticas sobre constituição de firmas individuais nos últimos dez anos permitem estimar também que, pelo menos metade das empresas registradas no Brasil é de pequeno porte. Entretanto, apenas 30% das empresas sobrevivem por mais de cinco anos.

Segundo Martins (2005), muitos empresários defendem que o principal motivo para o fechamento de suas empresas é a instabilidade econômica: dificuldade para aquisição de financiamento, juros altos, queda do poder aquisitivo, etc. Sem dúvida esse é um motivo de bastante relevância neste ciclo de encerramento das atividades das empresas, mas a falta de planejamento financeiro e estratégico também contribui para a mortalidade das empresas.

A micro e empresa de pequeno porte assumem hoje, importância crucial no desenvolvimento econômico. Através de pesquisas realizadas pelo SEBRAE referente ao ano de 2002, observa-se que a micro e pequenas empresas são responsáveis por 57,2% da oferta de empregos totais no Brasil e por 26,0% da massa salarial nacional.

Tais estatísticas apontam que esta categoria de empresas é de suma importância para o desenvolvimento da economia do país. Entretanto, as

perspectivas destas empresas no que se refere à geração de renda diferem de acordo com condições setoriais, locais e de inserção no mercado externo.

Estudos sobre o desempenho competitivo das micro e pequenas empresas que existem limitações a este desempenho que são comuns às empresas de países desenvolvidos e em desenvolvimento, tais como máquinas obsoletas, administração inadequada e dificuldades de comercialização de seus produtos em novos mercados (LEVISTKY, 1996).

De acordo com Martins (2005), o segmento dos pequenos negócios é um dos principais pilares de sustentação da economia nacional, tanto pelo número de estabelecimento e distribuição geográfica, quanto pela sua capacidade de gerar empregos. Ainda que reconhecida sua importância socioeconômica, o setor encontra sérios obstáculos ao seu crescimento, sustentabilidade e competitividade.

Pesquisas evidenciam a importância da informação e do conhecimento de profissionais das empresas de serviços contábeis, para o sucesso das micro e pequenas empresas. Hoje, muito mais que no passado, é de fundamental importância que o profissional dos serviços contábeis e os proprietários de micro e pequenas empresas passem a utilizar a informação contábil nas decisões do dia a dia dos negócios, sendo que, para isso, aqueles devem estar cada vez mais capacitados para dar respostas aos questionamentos e estes devem confiar mais nas informações geradas sobre o seu negócio nos contextos internos e externos.

As informações fornecidas pela contabilidade podem constituir um diferencial competitivo para as empresas, logo, é importante saber quais informações são necessárias e como torná-las disponíveis, de forma clara, objetiva e em tempo hábil para os usuários. Evitando, assim, acúmulo de papéis desnecessários e, muitas vezes, incompreensíveis aos gestores.

A informação contábil não deve, apenas, se restringir ao atendimento das determinações legais, pois, mais que a legalidade, ela deve contribuir decisivamente para a tomada de decisão dos gestores de empresas, desta maneira, ela precisa ser estruturada de forma a atender às necessidades dos usuários.

Dado o exposto, acredita-se que a presente pesquisa possui relevância ao procurar salientar a importância da contabilidade como meio de informação no processo decisório por meio de escritório de contabilidade, bem como a sua importância para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

Nos últimos anos, as Micros e Pequenas empresas vem sendo analisada, devido o seu potenciais e geração de renda e emprego.

3.1.1. Definição de Micro e Empresa de Pequeno Porte

Consideram-se microempresa ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), devidamente registrados no registro de empresas mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que dentro dos limites de receita bruta previstos na legislação.

Segundo La Rovere (1999), não existe uma definição clara de micro e pequena empresa.

De acordo com enquadramento da Receita Federal, Valores Vigentes a partir de 01.01.2012 Através da Lei complementar 139/2011, o Governo Federal elevou os limites de receita bruta, para fins de opção pelo Simples Nacional. Os novos limites, válidos a partir de 2012, são:

I - No caso de Empresário individual – EI – Lei 123/06 receita bruta igual ou inferior a 60.000,00 (sessenta mil reais)

I - no caso da microempresa afora, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso da empresa de Pequeno Porte afora, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Sob a ótica do SEBRAE (2011), o critério para definir tamanho da empresa constitui um fator importante para auxiliar as empresas micro e pequena, para que usufruam dos benefícios dentro dos limites estabelecidos na legislação sobre o tratamento diferenciado para o segmento. Com a Lei 123/06 estabelecendo limite para enquadramento dos portes das empresas,

com isso aumentou a procura pela formalidade por parte dos empreendedores. Além do estatuto da empresa o SEBRAE Classifica empresa pela quantidade de funcionário ocupada nas empresas.

I – Micro empreendedor individual; a lei permite apenas uma pessoa ocupada;

II – Microempresa; na indústria e construção de até 19(dezenove) pessoas ocupadas, no comércio e serviço até 9 (Nove) colaboradores ocupadas;

III – Pequenas Empresas: Na indústria e na construção de 20(Vinte) a 99 (Noventa e nove) colaboradores ocupados, no comércio e serviços 10 9 (dez) a 49 (Quarenta e Nove) pessoas ocupadas;

Nos casos das Microempresas - ME e das Empresas de Pequeno Porte - EPP a comprovação será realizada nos termos do § 1º do art. 50, da RDC nº 222, de 28 de dezembro de 2006, ou seja, mediante a apresentação da Certidão Simplificada atualizada emitida pelo Cartório de Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Certidão atualizada emitida pelo Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas em que conste a mencionada condição de ME ou EPP.

3.1.2. Atuação do Contador na Micro e Empresa de Pequeno Porte.

Segundo pesquisa do SEBRAE, referente aos anos 2005, 90% das empresas constituída no Brasil, está classificada entre micro e pequena empresa. E muitas dessas empresas utilizam serviços de oferecido por meios de escritório de contabilidade.

Para Tomé (2001, p.11) as organizações contábeis apresentam dois seguimentos;

I – Escritórios individuais.

II- Empresas contábeis com um ou mais sócios técnicos ou contadores.

Na maioria essas entidades também são classificadas como microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Observa-se que as empresa prestadoras de serviços contábeis muitas delas são familiares, e de acordo com a pesquisa do SEBRAE, 90% das empresas estão nas mãos desses profissionais considerando que haja um índice muito elevado referente à mortalidade dessas empresas apenas 30% dessas permanece no mercado por mais de 5 anos.

Diante dessa desse contexto, verificar-se qual a parcela de culpa dos profissionais que presta serviços por meios de escritório de contabilidade o que pode ser revisto para que o cenário negativo demonstrado pelo SEBRAE posse ser revertido.

O contador tem mais responsabilidade do que se pode imaginar. É preciso estar atento às mudanças da legislação e normas dos serviços executados, bem como às datas e obrigações fiscais.

As mudanças constantes das leis Federais, Estaduais e Municipais estão exigindo cada vez mais treinamento, trabalho e responsabilidade das Empresas de Serviços Contábeis, o que tem elevado seus custos, porém, não vem sendo repostos em nível dos honorários. Atualmente as Empresas de Serviços Contábeis são obrigadas a investir continuamente em equipamentos e tecnologia, pois a demora no processamento das informações se traduz em prejuízo para os clientes.

É preciso também investir em treinamento das equipes, logística, atualização do banco de dados e dos serviços. Mensalmente, os clientes devem exigir o Balancete Contábil, além das guias de contribuições, impostos e encargos, com respectivas planilhas de cálculo.

Ao contador compete além da contabilização de todas as operações dos clientes, inclusive bancárias a apresentação do Balancete mensal, devidamente conciliado, bem como auxiliar na gestão das empresas.

Com o novo código civil do contador, torna ainda mais difícil os serviços das empresas fornecedoras de serviços contábeis, sendo que a dificuldade de extrair todas as informações necessárias para geração de informações contábeis fidedigna cabe ao contador buscar junto ao cliente o Máximo das informações geradas, para que transforme em informações verdadeiras e que essas informações a terceiros não venha causar prejuízo. Os escritórios de contabilidade devem cuidar com as informações prestadas. Se provada que

houve imprudência para favorecimento dos clientes, podemos responder processo a perder o direito de exercer a profissão.

Portanto vale ressaltar a importância da contabilidade para a continuidade das micros e pequenas empresas na economia, que representa desenvolvimento econômico, garante emprego e renda e contribui para o desenvolvimento social e econômico do País.

Sabe-se que a maioria dessas empresas utiliza serviços contábeis através de contabilidade terceirizada por escritórios de contabilidade.

3.2. ESCRITÓRIOS QUANTO ESTRUTURA

3.2.1. Relação Quanto Estrutura

Contabilidade é um trabalho minucioso que atua nas áreas fiscal, tributária e trabalhista exigindo muita análise e tempo. Por isso, a maioria das empresas contrata firmas ou escritórios especializados para prestar-lhes esses serviços, além de ser menos oneroso do que manter contador habilitado no seu quadro de pessoal.

Pelos motivos acima expostos é mais conveniente a empresa firmar um contrato de prestação de serviços com um escritório de contabilidade, que também é o responsável pelo balanço, geração dos tributos, resoluções de problemas de quadro de funcionários, etc.

O serviço, bem por natureza intangível, tem como objetivo a satisfação de um desejo ou suprimento de uma necessidade. É por isso que, como elementos difíceis de medir, provar ou sentir, os serviços devem ser "vendidos" ao consumidor como algo confiável.

De acordo com Martins (2005)

É fundamental observar que a contabilidade não pode restringir-se, por assim dizer, àquelas atividades obrigatórias, comerciais, fiscais e tributárias, e que usualmente a maioria dos contadores se dedica, privilegiadamente.

O mercado dos serviços contábeis é bastante concorrido e desleal. Se o cliente não estiver satisfeito com os serviços de um profissional, facilmente encontrará outro pela qualidade ou honorário menor.

Como diferencial frente à concorrência o contador deve apresentar a situação real do empreendimento, assessorando seu cliente a estabelecer estratégias adequadas a fim de atingir suas metas e objetivos.

Somente a prática não capacita o profissional para superar a concorrência, sendo necessária a constante atualização e acompanhamento diário das mudanças no contexto econômico e financeiro. Essas atualizações e aperfeiçoamentos podem ocorrer através dos cursos relacionados à área, Pós Graduação, mestrado, leitura e análise de noticiários, boletins e mapas fiscais.

Quanto à escolha do local e do espaço físico necessário para instalar seu negócio é uma decisão muito importante para o sucesso do empreendimento. O local deve oferecer infra-estrutura adequada e condições que propiciem o seu desenvolvimento. É fundamental avaliar a facilidade do acesso, embora essa atividade não necessite estar próximo dos seus clientes, é importantes estar situado em meio às empresas do ramo e em reduto comercial.

Logo estrutura básica deve contar com uma área mínima de 60M², que será distribuída entre os departamentos de que tratam à contabilidade, quanto tributaria, pessoal, fechamento contábil, imposto de renda, recepção, serviço externos, mecanografia e copiadora, almoxarifado, etc.

O arranjo dos equipamentos e mobiliário deve ser feito de forma que estabeleça harmonia no ambiente para perfeita integração das atividades desenvolvidas.

Com base no escritório analisado, observam-se os seguintes equipamentos:

- Mesas;
- Cadeiras;
- Armários para arquivo;
- Estantes para livros;
- Computadores;
- Impressoras;

- Calculadora simples e financeira;
- Telefones e fax;
- Ar condicionado;
- Materiais de expediente, etc.;
- Assinatura de material informativo para consulta, como por exemplo: ECONET e Seno Fisco.

Considerando o parágrafo acima no que diz a concorrência, embora um mercado muito assediado o investimento varia de acordo com o porte do empreendimento e do quantitativo de que dispõe o investidor. Considerando um escritório de pequeno porte, montado numa área de 60M², será necessário um investimento de 30 mil reais aproximadamente, os valores apresentados são indicativos e servem de base para o empresário decidir se vale ou não a pena aprofundar a análise de investimento. Nele não está contemplado o valor do imóvel e nível de formação do responsável técnico.

Deve-se levar em conta que a estabilidade do profissional ou empresa de serviços contábeis, consegue estabelecer-se após uma carteira fiel de cliente, o escritório fonte da pesquisa após cinco anos no mercado consegue manter sua carteira.

Quanto ao sistema no mundo moderno tendência cada vez mais presente nas empresas que buscam o sucesso é automatizar as diversas atividades desenvolvidas. A automação melhora o dinamismo dos serviços oferecidos, reduzindo filas, tempo de espera, agilizando a emissão de notas fiscais, entre outros. Existem muitas opções que possibilitam essa facilidade, caixas eletrônicas isoladas ou integradas, impressoras para preenchimento automático de cheques, impressoras de notas fiscais nos caixas, código de barras nos produtos, banco de dados sobre cada produto ou serviço e cadastro de clientes.

Investigue de que forma a adoção de um equipamento dessa natureza pode ser capaz de incrementar seus lucros.

É de extrema importância que os sistemas usados pelos contadores e empresas de serviços contábeis faça integração com o sistema da empresa, dessa forma reduz tempo e custo e confiabilidade das informações.

Quanto ao número de funcionários varia em função do volume de contratos firmados. Geralmente inicia-se com 6 (Seis) colaboradores sendo uma secretária, um Office-boy, um assistente fiscal, um assistente de recurso humanos, um assistente contábil e o contador responsável devidamente habilitado e inscrito no Conselho Regional de Contabilidade. Esse profissional normalmente é o próprio dono do escritório, mas nada impede que um investidor que não tenha tal formação, se aventure no exercício e contrate a mão-de-obra qualificada.

De acordo com o parágrafo anterior, o contador do escritório orienta seus colaboradores, para que mantenha relação harmônica com as empresas, quanto ao departamento fiscal matéria de extrema importância, segundo o contador vale apenas investir em treinamento e parametrização e integração entre empresas e escritório.

Quanto aos serviços prestados é comum que os profissionais desempenhe diversas tarefas que faz parte do protocolo da profissão como:

- Contabilidade Societária,
- Escrituração Contábil,
- Contabilidade Fiscal
- Contabilidade Gerencial
- Recursos Humanos

Existe no mercado empresas fornecedoras específicas de sistemas de informação para contadores e escritórios de contabilidade.

Quanto à implantação de um programa informatizado específico para a área facilita bastante a vida dos contabilistas. Existem softwares no mercado que fazem todo o serviço de forma mais rápida e segura. De acordo com o protocolo acima, um sistema bem alinhado permite a integração da contabilidade societária, escrituração contábil, escrita fiscal, recursos humanos e outros como livros fiscais, estatísticas, controle de estoque, faturamento, ordem de serviço, contas a pagar e receber, livro caixa eletrônico, etc.

Observa-se que a empresa deverá buscar hardwares compatíveis com os softwares utilizados para que tenha maior eficiência.

Quanto ao perfil do empreendedor para que possa prestar serviço a empresa deve atender a algumas exigências impostas pelo órgão regulamentador o CRC como;

- 1- Conhecimento da legislação das áreas de atuação;
- 2- Ser contador ou técnico de contabilidade registrado no CRC;
- 3- Ter experiência profissional;
- 4- Conhecimentos dos trâmites legais, dos órgãos públicos e das associações de classe.

De acordo com o perfil do profissional Sendo ele pessoa física ou jurídica, é relevante que as empresas que utilizam desses serviços investiguem o histórico do profissional antes de firmar contrato e que verifique a habilidade em relação ao desempenho da profissão quanto ao aspecto societária, fiscal, trabalhista e tributária. Logo esse profissional que deve exibir a saúde financeira da empresa e ao mesmo tempo orientar corretamente o pagamento de tributos. Enfim, o contador deve conquistar seu cliente através de seu desempenho e credibilidade.

Existe-se atualmente grande concorrência no mercado, incentivada pelo processo de terceirização desses serviços. Uma boa saída para diferenciar-se dita em parágrafo anterior a especialização e educação continuada, ou seja, o atendimento a um determinado segmento. Além disso, o profissional deve manter contato com a empresa contratante por meio de visitas periódicas e esclarecimento de dúvidas. Efetuar o trânsito de documentos com o devido cuidado para que evite extravios e atrasos.

Sabe-se da dificuldade em extrair todas as informações do cliente para geração de relatórios confiáveis, nessas visitas com o cliente é interessante dialogar sobre as operações da empresa e mostrar-se interessado nas atividades operacionais, dessa forma o contador consegue clarear a mente do empresário com poucas palavras, e quando útil a credibilidade aumenta.

Quanto ao plano de negócio, ferramenta pouco utilizada pelos empreendedores, na aquisição de novo cliente que o contador mostre a importância da utilização, segundo o contador acredita que nessa entrevista antes de firmar um contrato entre as partes, consegue mostrar conhecimento

do aspecto contábil geral, garantindo no primeiro momento a credibilidade do cliente. No que diz a respeito do contrato de serviço entre as partes deve ser regida por contrato de prestação de serviço, para que fiquem claros deveres e obrigações das partes envolvidas.

3.3. CONTABILIDADE

3.3.1. Origem e Fatos da Contabilidade

Objetivo básico da contabilidade é gerar informações que sejam úteis aos usuários, e de fácil interpretação para os gestores e proprietários nas empresas tomarem decisão. Nota-se que é preciso ter um conjunto de informações que sejam importantes para o usuário de contabilidade, onde este servirá de base para tomada de decisão, com isso objetivo da contabilidade será alcançada.

Segundo Ludícibus (2000), afirma que a contabilidade é a ciência antiga, e pra alguns historiadores a origem das contas, iniciou há 4.000 anos a.C., antes deste período, o homem primitivo já inventariava seus bens, ou seja, seus números de instrumento de caça de pesca disponível, seus rebanhos, ao contar seus vasos de bebidas já estavam praticando sem saber a contabilidade.

Com a invenção da escrita, a representação dos números normalmente tem sido um procedimento antigo na historia. No quarto milênio, antes de Cristo, entre as civilização sumério-babilônicos é possível localizar exemplos da contabilidade, que teve sua evolução muito lenta até o aparecimento da moeda. No período que as vendas eram realizadas pelas trocas de mercadorias, os negociantes anotavam suas obrigações, os bem e direitos perante a terceiro, mas este procedimentos era apenas para inventario físico, sem nenhuma avaliação monetária. Como hoje, naquela época não era diferente, o homem se preocupava com suas propriedades e riquezas. Na medida em que sua propriedade foi se desenvolvendo em dimensão e complexidade, nisto foi necessário que o homem aprimorasse seus instrumentos de avaliação patrimonial.

De acordo com MARION (1998, p. 24), é preciso uma excelente compreensão de seu significado e de sua importância. A contabilidade é um instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas.

Nesse conceito, MARION (1998, p.24) relata a importância da Contabilidade para a tomada de decisões, a partir de informações úteis e exatas por ela repassadas, sendo uma ciência muito antiga usada pelo Governo como meio receptor na arrecadação de impostos, motivo pelo qual a torna obrigatória.

A Contabilidade é um dos conhecimentos mais antigos e não surgiu em função de qualquer tipo de legislação fiscal ou societária, nem embasada em princípios filosóficos, ou em regras estipuladas por terceiros, mas pela necessidade prática do próprio gestor do patrimônio, normalmente seu proprietário, preocupado em elaborar um instrumento que lhe permitisse, entre outros benefícios, conhecer, controlar, medir resultados, obter informações sobre produtos mais rentáveis, fixar preços e analisar a evolução de seu patrimônio, MARION (2005, p.26).

De acordo com o conceito do autor, nas empresas que utilizam a contabilidade por meio de escritório de contabilidade, os fatos são gerados de acordo com as informações fornecidas pelas empresas são base de dados para informações fiscais em seguida transformado em relatórios para tomada de decisão.

A origem da contabilidade, mais profunda da antiguidade, embora o grau de precisão das informações históricas disponíveis sobre a antiguidade não seja tão apurado quanto desejável, sabe-se que cerca de 8.000 anos antes da era cristã os chineses já utilizavam sistema de registro contábil, orçamento e auditoria rudimentar para administrar as atividades governamentais nas civilizações que floresceram na antiguidade, no Egito e na Grécia também foram utilizados procedimentos contábeis. Da civilização romana restam poucas informações sobre a maneira que escrituravam suas operações. Esta

falta de documentação é justificada pelo fato que os romanos controlarem através de placas de cera seus registros contábeis. Há claros indícios na literatura romana de que o sistema de “partida dobrada” já era conhecido e utilizado pelos romanos.

Ao longo da idade média, a atividade comercial e industrial foi gradativa e lentamente se expandindo, mas na maior parte destes 1500 anos, os sistemas econômicos eram caracterizados pela auto-suficiência das unidades e pelo volume reduzido de transações entre diversas comunidades. Apenas bancos conduziam negociações de vulto e por razão eles dispunham de sistema completo de registro contábil na produção do método das “partidas dobradas” que até hoje, serve de base para a contabilidade.

Os italianos foram os arquitetos da contabilidade moderna. Luca Paccioli, cognominado borgo por ser natural de Borgo-San-Sepolcro (Toscana), frade matemático franciscano, em 1494 publicou sua teoria das partidas dobradas, alicerce da contabilidade. O interesse do clero pela contabilidade não foi acidental, porquanto os principais empreendimentos estruturados na Europa moderna ou medieval foram dirigidos pela igreja, e a primeira dívida pública organizada de que se tem notícia foi incorrida pelo vaticano, diante colocação de títulos mobiliários.

3.3.2. Conceito de Contabilidade

As definições de contabilidade, ao longo dos anos foram se moldando e sofrendo alterações de acordo com a ótica dos intelectuais que as apresentaram.

Segundo SÁ (2002, p. 46) a contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, em relação à eficácia funcional das células sociais.

Contabilidade é a ciência – ou, segundo alguns, a técnica – destinada a estudar e controlar o patrimônio das entidades, do ponto de vista econômico e financeiro, observando seus aspectos quantitativos e qualitativos e as variações por ele sofridos, com objetivo de fornecer informações sobre o estado

patrimonial e suas variações em um determinado período.
(FRANCO, 2001 p. 25).

Observa-se que a contabilidade é importante para qualquer entidade, pois está trata do estudo do patrimônio em geral das entidades independente do tamanho. Nas empresas micro e pequena a carência de informações da contabilidade torna-se a mesma vulnerável onde os gestores tomam decisões equivocada com base em dados administrativo do dia dia, muito deles desconhecem a ferramenta contábil, o por isso desconsidera a contabilidade como ferramenta de gestão, nota que a preocupação dos gestores está relacionada com o fisco.

3.3.3. Objetivo da Contabilidade

O objetivo da contabilidade é gerar informação que sejam úteis aos usuários internos e externos em seus processos decisórios. Portanto pode-se resumi em informações econômicas para vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais. Nota-se que é preciso ter um conjunto de informações que sejam importantes para os usuários da contabilidade, onde servirão de instrumento para tomada de decisão.

Segundo (IUDICÍBUS, p. 23), pode ser resumido em fornecimento de informações econômica a vários usuários, ainda afirma por não conhecermos todos os modelos decisórios de cada usuário fica difícil atender a todos na mesma proporção a todo e qualquer tempo a todos os usuários. A alternativa é formar um arquivo base de informação contábil capaz de fornecer saídas periódicas de informações para atender o Maximo de usuário. O sistema de informação deveria ter capacidade de gerar relatórios de execução finalidades informativo especiais. Os relatórios contábeis tradicionais deveriam ser acompanhados de notas explicativas para facilitar a interpretação dos usuários.

Na Micro e Pequena Empresa, que utilizam serviço através de escritório de contabilidade, os relatórios enviados aos gestores e proprietários relatórios fácil entendimento, sendo que na maioria desses empresários não conhecem a eficácia das informações contábeis.

Nota-se que os empresários que constituem suas empresas por oportunidades e não pela necessidade, tende a permanecer no mercado por mais tempo.

Nesse contexto segue a dica aos contadores de escritório de contabilidade em dar uma atenção maior para esses clientes que constituem seu próprio negocio pela necessidade. Observa que a inexperiência desses empresários, não desperta interesse das ferramentas fornecidas pela contabilidade tornando a ineficiente.

Nota-se que nos clientes que constituiu seu próprio negocio porque visualizou uma oportunidade, o interesse de acompanhar o desempenho do empreendimento é maior, dessa forma o interesse das informações contábeis torna-se relevante.

3.4. CONTABILIDADE GERENCIAL

3.4.1. Quanto à Contabilidade Gerencial

Objetivo da contabilidade gerencial é fornecer informações relevantes aos usuários interessado interno e externo para que possam tomar decisão, é preciso saber quais informações o usuário classifica como relevante para sejam produzidas de forma claras e objetivas.

A contabilidade gerencial utiliza-se de temas de outras disciplinas, ela se caracteriza pôr ser uma área contábil autônoma, pelo tratamento dado à informação contábil, enfocando planejamento, controle e tomada de decisão, dentro de um sistema de informação contábil. A contabilidade gerencial é relacionada com o fornecimento de informações para os administradores, isto é, aqueles que estão dentro da organização e que são responsáveis pela direção e controle de suas operações, a contabilidade gerencial pode ser constatada como contabilidade financeira, que é relacionada com o fornecimento de informações para os acionistas, credores e outros que estão de fora da organização.

Com a contabilidade gerencial deve fazer a conexão entre ações locais dos gerentes e a lucratividade da empresa, para que estes possam

saber que direção tomar. Medindo corretamente o impacto de ações locais no desempenho global, a contabilidade gerencial também serve como agente motivador, pois bonificam as pessoas que contribuem significativamente ao objetivo da empresa, esta tem o objetivo de fornecer informações para que os gerentes possam decidir qual o melhor caminho para a empresa.

3.4.2. Relatórios Gerenciais

Balanco Patrimonial

O balanço é composto por três elementos que é apresentada de uma forma quantitativa e qualitativa a posição patrimonial financeira de uma empresa de um determinado período, quanto ao ativo são representado por bens e direitos e esses recursos gera caixa para empresa, quanto ao passivo registra as obrigações da empresa e despesas oriundas de contrato já o patrimônio líquido é composta pela diferença entre positiva para ativo relativo aos lucros e investimento e negativo para passivo relativo aos pagamentos de dividas.

O balanço é essencial, através dos dados nele fornecido permite a avaliação do estoque, liquidez financeiras e calculo de divida, e serve para comparar desempenho das empresas entre períodos.

Balancete de Verificação

Balancete é uma ferramenta essencial para apuração do resultado econômico, bem como a elaboração do Balanço patrimonial e outros informativos importantes para a contabilidade.

Fluxo de Caixa

Na contabilidade gerencial, uma projeção de fluxo de caixa demonstra todos os pagamentos (direto) e recebimentos esperados em um determinado período de tempo. O controlador de fluxo de caixa necessita de uma visão

geral sobre todas as funções da empresa, como: pagamentos, recebimentos, compras de matéria-prima, compras de materiais secundários, salários e outros, porque é necessário prever o que se poderá gastar no futuro dependendo do que se consome hoje.

O fluxo de caixa é uma ótima ferramenta para auxiliar o administrador de determinada empresa nas tomadas de decisões. É através deste mapeamento que os custos fixos e variáveis ficam evidentes, permitindo-se desta forma um controle efetivo sobre determinadas questões empresariais.

Demonstração do Resultado do Exercício

Segundo Marion (2003, p. 127) “a DRE é extremamente relevante para avaliar desempenho da empresa e a eficiência dos gestores em obter resultado positivo. O lucro é o objetivo principal das empresas”. Portanto, uma das fontes principais de recursos da empresa é o Lucro do exercício que, sem dúvida, fortalece a situação econômico-financeira da empresa.

Através da DRE, permite evidenciar se houve lucro ou perda de um determinado período, sendo que o resultado deve ser adicionado ou deduzido do patrimônio líquido, que também aparece no Balanço patrimonial.

3.5. SERVIÇO OFERECIDO AO CLIENTE.

3.5.1. Quanto ao Aspecto Societário

Todo o empreendedor, no Brasil, tem uma barreira grande a transpor a fase burocrática da abertura de um negócio. Entre outras coisas, para que a empresa esteja habilitada a funcionar é necessário ter registro na prefeitura ou na administração regional da cidade, no estado, na Receita Federal e na Previdência Social. Dependendo da atividade pode ser necessário também o registro na Entidade de Classe, na Secretaria de Meio-Ambiente e outros órgãos de fiscalização. A seguir, segundo informações do Sebrae, Serviço

Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas, seguem dicas para a facilitação da regularização da empresa.

O registro legal de uma empresa é tirado na Junta Comercial do estado ou no Cartório de Registro de Pessoa Jurídica. Para as pessoas jurídicas, esse passo é equivalente à obtenção da Certidão de Nascimento de uma pessoa física. A partir desse registro, a empresa existe oficialmente, mas isso não significa que ela possa começar a operar.

Para fazer o registro é preciso apresentar uma série de documentos e formulários que podem variar de um estado para o outro. Citamos os mais comuns:

Contrato Social

- 1- Documentos pessoais de cada sócio (no caso de uma sociedade).
- 2- O Contrato Social é a peça mais importante do início da empresa, e nele devem estar definidos claramente os seguintes itens.
- 3- Interesse das partes;
- 4- Objetivo da empresa;

Para ser válido, o Contrato Social deverá ter o visto de um advogado. As micro empresas e empresas de pequeno porte são dispensadas da assinatura do advogado, conforme prevê o Estatuto da Micro e Pequena Empresa.

Ainda na Junta Comercial ou no Cartório, deve-se verificar se há alguma outra empresa registrada com o nome pretendido. Há estados que já oferecem esse serviço pela Internet. Após definido nome será possível prosseguir com o arquivamento do ato constitutivo da empresa, quando geralmente serão necessários os seguintes documentos:

- 1- Contrato Social ou Requerimento de Empresário Individual ou Estatuto, em três vias, sendo uma com reconhecimento por verdadeiro de firma tanto na constituição, na saída de sócio ou extinção.
- 2- Cópia autenticada do RG e CPF do titular ou dos sócios;
- 3- Requerimento Padrão (Capa da Junta Comercial), em uma via;

- 4- FCN (Ficha de Cadastro Nacional) modelo 1 e 2, em uma via;
- 5- Pagamento de taxas através de DARF

Registrada a empresa, será entregue ao seu proprietário o NIRE Número de Identificação do Registro de Empresa, que é uma etiqueta ou um carimbo, feito pela Junta Comercial ou Cartório, contendo um número que é fixado no ato constitutivo. Com o NIRE em mãos, chega a hora de registrar a empresa como contribuinte, ou seja, de obter o CNPJ. Ao fazer o cadastro no CNPJ, é preciso escolher a atividade que a empresa irá exercer. Essa classificação será utilizada não apenas na tributação, mas também na fiscalização das atividades da empresa.

Lembre-se que nem todas as empresas podem optar pelo Simples, regime diferenciado de tributação, principalmente as prestadoras de serviços que exigem habilitação profissional ou profissão regulamentada. Portanto no plano de negócios deve definir quais atividades definidas no ato constitutivo, escolha que define o regime de tributação e vedações para opção do simples nacional.

Alvará de Funcionamento

Com o cadastrado do CNPJ através do DBE preenchido na receita federal, é preciso ir à prefeitura ou administração regional para receber o alvará de funcionamento. O alvará é uma licença que permite o estabelecimento de qualquer natureza ao funcionamento. Na consulta feito na prefeituras, serviço realizado antes do ato, permite quais órgãos devemos consultar antes ou depois do alvará, documento necessário para aquisição do alvará definitivo de funcionamento.

- 1- Consulta prévia de endereço aprovada;
- 2- Cópia do Contrato Social;
- 3- Laudo dos órgãos de vistoria, quando necessário.

Inscrição Estadual

Já o cadastro no sistema tributário estadual deve ser feito junto à Secretaria Estadual da Fazenda. Em geral, ele não pode ser feito pela Internet, mas isso varia de estado para estado. Atualmente, a maioria dos estados possui convênio com a Receita Federal, o que permite obter a Inscrição Estadual junto com o CNPJ, por meio de um único cadastro.

A Inscrição Estadual é obrigatória para empresas dos setores do comércio, indústria e serviços de transporte intermunicipal e interestadual. Também estão incluídos os serviços de comunicação e energia. Ela é necessária para a obtenção da inscrição no ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) após analisada as documentações a receita estadual defere o processo habilitando as empresas solicitarem notas fiscais eletrônicas ou formulários, abaixo as documentações exigidas;

- 1- DUC (Documento Único de Cadastro), em três vias;
 - 2- DCC (Documento Complementar de Cadastro), em 1 via;
 - 3- Comprovante de endereços dos sócios, cópia autenticada ou original;
 - 4- Contrato de locação do imóvel ou escritura pública do imóvel;
 - 5- Contrato de prestação de serviço do escritório ou contador responsável;
- Cópia do ato constitutivo;
- 6- Contrato de prestação de serviço do escritório ou contador responsável;
 - 7- Cópia do CNPJ;
 - 8- Cópia do alvará de funcionamento;

Cadastro Previdenciário

Após a concessão do alvará de funcionamento, a empresa já está apta a entrar em operação. No entanto, ainda faltam duas etapas fundamentais para o seu funcionamento. A primeira é o cadastro na Previdência Social, independente da empresa possuir funcionários.

Aspecto fiscal

Agora resta apenas preparar o aparato fiscal para que seu empreendimento entre em ação. Será necessário solicitar a autorização para impressão das notas fiscais e a autenticação de livros fiscais. Isso é feito na prefeitura de cada cidade. Empresas que pretendam dedicar-se às atividades de indústria e comércio deverão ir à Secretaria de Estado da Fazenda. No caso do Distrito Federal, independente do segmento de atuação da empresa, esta autorização é emitida pela Secretaria de Fazenda Estadual.

Uma vez que o aparato fiscal esteja pronto e registrado, sua empresa pode começar a operar legalmente. Antes, no entanto, certifique-se que tudo ocorreu bem durante os procedimentos anteriores. Se estiver tudo certo, basta tocar o seu negócio adiante.

Quanto ao aspecto Contábil

Para esclarecer alguns princípios básicos da contabilidade vale fundamentar uma de suas funções que segundo a Resolução do Conselho de Contabilidade (CFC) n° 785 (1995, inciso 1.1.1) afirma que:

“A Contabilidade, na sua condição de ciência social, cujo objeto é o Patrimônio, busca, por meio da apreensão, da quantificação, do registro, da eventual sumarização, da demonstração, da análise e relato das mutações sofridas pelo patrimônio da Entidade particularizada, a geração de informações quantitativas e qualitativas sobre ela, expressas tanto em termos físicos quanto monetários.”

Já para Martins, Gelbcke *apud* Ludícibus (2000, p 53), a Contabilidade é objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.

Quanto aos tributos primeiro deve-se esclarecer o conceito dos tributos, o qual é toda prestação pecuniária obrigatória, em moeda ou cujo valor nela se possa comprovar, que não venha de ato desonesto que é instituída em. Quem tem o poder de instituir estes tributos é o Estado e este, por se tratar de um Estado Democrático de Direito, encontra fundamentos na lei, prioritariamente

na Constituição Federal do Brasil. Deve-se ressaltar que a Constituição Federal não cria tributos, só serve de base para que Estado, União, Município e Distrito Federal andem em sintonia com as leis no que diz respeito a tributos. Segundo Niyama (2001, p. 242),

3.6. QUANTO ASPECTO FISCAL E TRIBUTÁRIO

O tributo não se confunde com a penalidade, que é consequência de ato ilícito, não há correlação entre a licitude ou não do ato praticado e a ocorrência do fato gerador do tributo, por exemplo, quem pratica uma atividade ilícita e daí percebe rendimento está sujeito à tributação, não como penalidade, mas por ter ocorrido o fato percepção de rendimento que está descrito na norma como sendo necessário e bastante ao nascimento da obrigação tributária.

Para fundamentar a afirmação acima, de acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), art. 3º;

“Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

O tributo é uma obrigação de contribuição para pessoas físicas e pessoas jurídicas, as quais recolhem valores ao Estado. Entre os tributos estão os impostos, taxas contribuições e empréstimos compulsórios. Estes são responsáveis por formar a receita da União, Estados e Municípios e podem ser diretos ou indiretos. Os diretos são contribuintes que arcam com a contribuição como, por exemplo, o Imposto de Renda (IR) tanto como pessoa física quanto como pessoa jurídica. Nos indiretos, são aqueles que incidem sobre o preço dos produtos/serviços, seja na compra ou venda.

Vale ressaltar que nos tributos não estão inclusas obrigações como pena, por exemplo, de multa de trânsito, mas sim obrigações de um fato que ocorre regularmente. E quanto ao crédito tributário, de acordo com o CTN (artigo 156), extinguem-se:

3.6.1. Função do Tributo

O nível nacional, os tributos podem ter as seguintes funções:

- I. Fiscal, arrecada recursos financeiros para o Estado (IR);
- II. Extra fiscal, interfere no domínio econômico, que busca regularizar setores da economia (IPI);
- III. Para fiscal: por meio da pessoa política (União, Estados-Membros, Distrito Federal Municípios) delega a capacidade tributária para a terceira pessoa de arrecadar tributos, fiscalizar e utilizá-los para consecução de seus fins. Pode ser tanto público quanto privado como, por exemplo, a contribuição anual dos advogados para a OAB.

3.7. PLANEJAMENTO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

3.7.1. Plano de Negocio

Planejar é fundamental, especialistas ressaltam a importância das empresas terem um plano de negócios consistente. Nem sempre, os pequenos empresários tem o cuidado ou mesmo tempo para planejar suas ações.

O plano de negócios é de fundamental importância. Em dois sentidos, principalmente primeiro porque contribui no planejamento da empresa como negócio, alertando para eventuais desafios e oportunidades; Segundo para que o lançamento de um determinado produto e serviço alcance o sucesso almejado.

Portanto, o estudo indicam que a maior parte dos empresários não se dedica à esse tipo de atividade. Ou seja, ficam “apagando o fogo” e sem tempo para pensar de maneira planejada e estratégica. Sendo assim, é preciso compreender, em primeiro lugar, a importância de um plano de negócio e, em seguida, partir para a ação e acompanhar o desempenho do plano de negócio.

Recomenda-se que o empresário deve agir para evitar que o plano de negócios se torne um bloqueio no dia a dia da empresa.

Portanto, se a empresa quiser atuar profissionalmente e buscar crescer ao longo do tempo, ela não pode se furtar do desenvolvimento de um plano de negócio.

3.8. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

3.8.1. Importância do Planejamento Nas Empresas

De um lado há um dos elementos, o contribuinte, que visualiza o tributo como interferência em seu patrimônio. Do outro lado há o tributo que busca arrecadar recursos para o bom funcionamento do Estado por meio deste contribuinte. A partir disto, surge o planejamento tributário.

Os tributos representam grande parcela nos custos das empresas. Devido a globalização da economia, a grande competitividade internacional e nacionalmente, entre outros fatores, a administração correta e minuciosa do ônus tributário tornou-se questão de sobrevivência entre empresas.

Pode-se considerar planejamento tributário como um conjunto de sistemas legais que buscam diminuir os impactos dos tributos no resultado de uma empresa, faz com que o pagamento de tributos seja o menor possível. Há diversas maneiras para pagar tributos em que o contribuinte pode adequar a estrutura de sua empresa, desde que seja de forma jurídica e lícita.

Entre as maneiras para diminuir este impacto, há dois tipos de elisão fiscal. Segue:

- 1- Aquela decorrente da própria lei e;
- 2- A que resulta de lacunas e brechas existentes na própria lei para reverter em benefício, reduzindo a carga tributaria.

No primeiro caso, a lei permite ou induz a economia de tributos. O legislador dá ao contribuinte benefícios fiscais. Como exemplo, pode-se citar os Incentivos à Inovação Tecnológica, a Cultura, a recuperação do Meio Ambiente, entre outros.

No segundo caso, o que ocorre são brechas na lei em que o contribuinte pode optar, de acordo com a estrutura de sua empresa, por configurar seus negócios a um menor ônus. Um exemplo é um novo local para uma determinada empresa instalar sua sede, buscando ganhar benefícios fiscais que sua cidade não proporcionava.

Antes de falar sobre cada uma das modalidades, vale ressaltar que a legislação não permite mudança no mesmo exercício, a opção por uma das modalidades será definitiva. Caso a opção seja errada, esta terá efeito o ano todo. A opção é feita no primeiro pagamento do imposto, normalmente recolhido em fevereiro para optantes do lucro real e presumido ou no último dia útil de janeiro para o Simples. Caso a empresa queira mudar de opção, ela tem a 4ª modalidade, o lucro arbitrado.

3.8.2. Regime de tributação

Há três formas de apurar o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL):

Lucro Real; Lucro Presumido; Arbitrado e Simples Nacional.

Lucro Real Anual

De acordo com o art. 247 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto-Lei n.º 3000-99), definem-se Lucro Real como:

O lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por este Decreto (Decreto-Lei n.º 1.598, de 1977, art. 6º).

A determinação do Lucro Real será precedida da apuração do lucro líquido de cada período de apuração com observância das disposições das leis comerciais (“Lei n.º 8.981, de 1995, art. 37, 1º”).

Na primeira modalidade, Lucro Real Anual, com base no faturamento mensal da empresa, deve-se antecipar os tributos, no qual se aplicam percentuais predeterminados de acordo com o enquadramento das atividades. Assim, se obtém uma margem de lucro estimada que incida o IRPJ e a CSLL. Esta forma é semelhante ao Lucro Presumido. Esta modalidade permite que a

empresa levante balanços e balancetes mensais que possam reduzir ou suspender o recolhimento dos impostos caso haja prejuízo fiscal ou o lucro real efetivo seja menor do que o esperado.

Ao findar o ano, a empresa deve levantar o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Caso as antecipações sejam superiores aos tributos devidos, a empresa terá um crédito fiscal em seu favor.

Lucro Real Trimestral

Continuando na primeira modalidade, mas com opção trimestral, o IRPJ e a CSLL são calculados com base no resultado apurado no final de cada trimestre civil, separadamente. Assim, terá 4 apurações no ano sem antecipações mensais.

Quando a empresa possui atividades sazonais ou que alternem lucro ou prejuízos (lucros lineares) é necessário ter cautela, pois o lucro/prejuízo é apurado trimestralmente e não se pode compensar integralmente o prejuízo do trimestre anterior. O prejuízo de um trimestre só poderá deduzir até o limite de 30% do lucro real dos trimestres seguintes.

Lucro Presumido

Nesta modalidade a apuração só é feita trimestralmente tendo como alíquota de IRPJ 15% ou 25% e de CSLL 9% que incidem sobre as receitas com base em percentual variável (1,6% a 32% do faturamento, dependendo da atividade) em cima da margem de lucro. Para Oliveira (2002, p. 178),

As leis que dispõem sobre o lucro presumido e o Simples são de natureza fiscal e não revogaram as demais legislações que exigem a escrituração contábil completa. Além de proporcionar maior controle patrimonial e melhor gerência dos negócios, a contabilidade completa visa atender às normas do Código Comercial, da Lei das Sociedades Anônimas, do Código Tributário e da Legislação Previdenciária.

Alguns tipos de receita como ganhos de capital e aplicações financeiras são acrescidos ao resultado tributável. Mas nesta modalidade nem todas as empresas podem optar por ela devido a restrições referentes ao objeto social e

ao faturamento. Os optantes por esta modalidade devem ter até R\$ 72 milhões de faturamento no ano anterior. Ressalta-se que só é vantagem para empresa com margens de lucratividade superior a presumida.

Neste caso, por empresas não estarem dentro do sistema cumulativo, não podem aproveitar os créditos do PIS e COFINS, mas pagam alíquotas mais baixas. Então, deve-se analisar o IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Comparativo entre o Lucro Real e o Lucro Presumido de 2013.

LUCRO REAL		LUCRO PRESUMIDO	
Imposto de renda - IRPJ	15% s/ lucro líquido = total das receitas - total das despesas	Imposto de renda - IRPJ	15% s/ o lucro presumido calculado da seguinte forma:
PIS/PASEP	1,65% sobre o faturamento total (vendas + serviços + receitas financeiras)	PIS/PASEP	0,65% sobre o faturamento total (vendas + serviços + receitas financeiras)
COFINS	7,6% sobre o faturamento total (vendas + serviços + receitas financeiras, etc). Não cumulativo no caso de empresas industriais e comerciais.	COFINS	3% sobre o faturamento total (vendas + serviços + receitas financeiras, etc).
Contribuição social - CSLL	9% s/ lucro líquido = total das receitas - total das despesas dedutíveis e permitidas.	Contribuição social - CSLL	1,08% sobre o faturamento de comércio e indústria 2,88% sobre o faturamento da prestadora de serviços (exceto serv. Hospitalares, transp. Cargas e passageiros que é de 1,08%).
IR - adicional	10% aplicado sobre a diferença, quando o lucro líquido ultrapassar a R\$ 60 mil no trimestre.	Imposto de renda - adicional	10% aplicado sobre a diferença, quando o lucro presumido ultrapassar a R\$ 60 mil no trimestre.

Fonte: Ecin, data de acesso, 20/07/2013

Simplex Nacional

Apesar das alíquotas do regime Simplex Nacional ser baixas, há inúmeras restrições legais para esta opção. Uma delas é a receita bruta anual que não deve passar de R\$ 3.600.000,00. Outras restrições são: a ausência do IPI; soblimites estaduais para recolhimento de ICMS; alíquotas progressivas de acordo com o faturamento, sendo para empresas de serviços mais onerosas do que as outras modalidades; pagamento de INSS sobre a folha além do percentual sobre a receita em determinadas atividades. A Lei 9.317/96 afirma que no Simplex a empresa deve proceder “a escrituração de no mínimo, os livros Caixa e o Registro de Inventário.

A tabela abaixo mostra as alíquotas do Simples Nacional, com vigência a partir de 01/01/2012.

TABELA - Simples nacional para comércio

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	CPP	ICMS
Até 180.000,00	4,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,75%	1,25%
De 180.000,01 a 360.000,00	5,47%	0,00%	0,00%	0,86%	0,00%	2,75%	1,86%
De 360.000,01 a 540.000,00	6,84%	0,27%	0,31%	0,95%	0,23%	2,75%	2,33%
De 540.000,01 a 720.000,00	7,54%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%
De 720.000,01 a 900.000,00	7,60%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	8,28%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	8,36%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	8,45%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	9,03%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	9,12%	0,43%	0,43%	1,26%	0,30%	3,60%	3,10%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	9,95%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	10,04%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	10,13%	0,47%	0,47%	1,40%	0,33%	4,01%	3,45%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	10,23%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	10,32%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	11,23%	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	11,32%	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	11,42%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	11,51%	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	11,61%	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%

Fonte: Normas legais, acesso em 20/07/2013

TABELA - Simples nacional para Serviço

Serviços receita Bruta em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	ISS
Até 180.000,00	4,50%	0,00%	1,22%	1,28%	0,00%	2,00%
De 180.000,01 a 360.000,00	6,54%	0,00%	1,84%	1,91%	0,00%	2,79%
De 360.000,01 a 540.000,00	7,70%	0,16%	1,85%	1,95%	0,24%	3,50%
De 540.000,01 a 720.000,00	8,49%	0,52%	1,87%	1,99%	0,27%	3,84%
De 720.000,01 a 900.000,00	8,97%	0,89%	1,89%	2,03%	0,29%	3,87%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	9,78%	1,25%	1,91%	2,07%	0,32%	4,23%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	10,26%	1,62%	1,93%	2,11%	0,34%	4,26%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	10,76%	2,00%	1,95%	2,15%	0,35%	4,31%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	11,51%	2,37%	1,97%	2,19%	0,37%	4,61%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	12,00%	2,74%	2,00%	2,23%	0,38%	4,65%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	12,80%	3,12%	2,01%	2,27%	0,40%	5,00%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	13,25%	3,49%	2,03%	2,31%	0,42%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	13,70%	3,86%	2,05%	2,35%	0,44%	5,00%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	14,15%	4,23%	2,07%	2,39%	0,46%	5,00%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	14,60%	4,60%	2,10%	2,43%	0,47%	5,00%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	15,05%	4,90%	2,19%	2,47%	0,49%	5,00%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	15,50%	5,21%	2,27%	2,51%	0,51%	5,00%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	15,95%	5,51%	2,36%	2,55%	0,53%	5,00%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	16,40%	5,81%	2,45%	2,59%	0,55%	5,00%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	16,85%	6,12%	2,53%	2,63%	0,57%	5,00%

Fonte: Normas legais, acesso em 20/07/2013

Quando cliente solicita os serviços de contabilidade, ele desconhece quais as tributações mais atrativas, esse é ponto fundamental onde o contador

com sua experiência forneçam a melhor alternativa, viabilizando o empreendimento saudável e competitivo.

De acordo com a carteira de clientes disponibilizada pelo escritório, o regime mais usado é do simples nacional em seguida o lucro presumido.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Para a realização do estudo, foi elaborado um questionário que continham questões discursivas e objetivas entregues a 35 (trinta e cinco) empresas. As empresas foram escolhidas através de um escritório de contabilidade que disponibilizou da sua carteira de cliente para participarem da pesquisa. Na maioria responderam, mas por incompletos onde dificultou resultado da pesquisa.

Dos 35 apenas 22 (vinte e dois) responderam o questionário com a participação ao autor de imediato, que auxiliou na interpretação das perguntas, alguns preferiram responder depois e enviar por e-mail, nessa situação dificultou a análise do resultado pelo fato da demora e incompletos.

Por obter 62,86% das respostas, considera-se relevante para avaliar a qualidade dos serviços prestados por meios de escritório de contabilidade, e medir a importância das ferramentas enviada aos gestores e empresários de micro e pequena empresa para tomada de decisão.

4.1 CONTROLE DE INFORMAÇÕES NAS EMPRESAS

A análise apresentada, com base nas respostas das perguntas, entende-se que não há importância por partes dos gestores da micro e pequena empresa. Questão ao plano de negócio desempenha de metas, planejamento futuro, não faz parte do cotidiano do empresário, como mostra as pesquisas descritas anteriormente extraída do SEBRAE, explica umas das causas relacionada a mortalidade das micro e pequena empresas.

A falta de preparo e conhecimento dos gestores e empresários só fortalece mal desempenho e continuidade das mesma.

A pesquisa demonstrará a desconfiança dos empresários e gestores da micro e pequena empresa em relação às informações contábeis, de maneira que os escritórios não geram relatórios preciso, por não terem acesso a todas informações geradas pelas empresas, e na maioria não tem um controle interno específico, dificulta relatórios gerencial por parte da contabilidade para ser usada no processo decisório.

Para que as informações contábeis tornem-se eficiente, os escritórios de contabilidade deve-se apoiar em controle interno confiável, para que os relatórios gerenciais gerados fossem usado para tomada de decisão, observa-se que as informações oferecida aos escritórios de contabilidade não chegam em tempos hábil e incompletos. Dessa forma compromete a qualidade dos serviços por parte do escritório que tem prazo para processamento de informações e cumprimento das obrigações acessórias.

Um dos fatores que levam os gestores das empresas a não utilizar-se das informações contábeis para tomada de decisão, é que muitos deles sabem que nem todas as informações são repassadas a contabilidade, conseqüentemente os relatórios estariam distorcidos, o problema que os empresários deixam de usar ferramentas gerenciais em seus processo decisórios.

Através da entrevista com o contador do escritório que auxiliou o estudo, observa-se que há incentivo em fornecer informações gerenciais aos empresários por falta de interesse, percebe também que a contabilidade dedica-se somente ao aspecto fiscal e tributário, isso é ruim para a contabilidade, infelizmente a maioria dos empresários visa a contabilidade com um departamento exclusiva para geração de tributos.

Embora de suma importância, como mostra o estudo, a contabilidade deve ser uma aliada aos empresários que faz uso dessa ferramenta para o bom andamento do negocio.

4.2 ANÁLISE DE DADOS NAS EMPRESAS

Os questionários foram distribuídos para micro e pequena empresa, carteira disponível para pesquisa através de um escritório de contabilidade que foram realizadas na grande Curitiba onde o autor buscou resposta as perguntas diretamente com os gestores e empresário que se dispusera a responder o objetivo da utilização das informações contábeis na tomada de decisão.

De acordo com questionário apresentado no APENDICE, dos 35 apenas 22 (Vinte e Dois) responderam o questionário com a participação do autor de

imediatamente, que auxiliou na interpretação das perguntas, alguns preferiram responder depois e enviar por e-mail, nessa situação dificultou a análise do resultado pelo fato da demora e incompletos.

Das 22 (Vinte e Duas) que responderam, 20 são microempresa e apenas duas Empresas de pequeno porte.

Porte da Empresa	Empresa por Atividade		
	Comercial	Serviço	Comercial e prestação de Serviço
Microempresa	4	15	1
Empresa de pequeno porte	1	1	0

Quadro 01 – Porte das Empresas classificação por Atividade

Fonte: elaborado pelo autor

O quadro abaixo mostra a visão que as empresas têm em relação à contabilidade. Em relação à pergunta nota-se que das 22 empresas que responderam o questionário 50% que equivale a 11(onze) empresa veem a contabilidade apenas para atender o fisco e os outros 50% que equivale aos outras 11(onze) empresa vêem a contabilidade como ferramenta necessária para atender o fisco, das 11 que responderam como necessária apenas 4 responderam que utiliza a contabilidade para atender o fisco e tomar algumas decisões na empresa, as outras 7 (sete), disseram não utilizar informação contábeis por falta de tempo em analisar os relatórios e não confiar nas informações contábeis.

Observam-se no quadro 02, os relatórios contábeis que as empresas recebem com mais freqüência do escritório de contabilidade são, Balanço patrimonial, Balancete de verificação, Fluxo de Caixa e Demonstração de resultado (DRE).

Da rotina que faz parte dos serviços contábeis por parte do escritório de contabilidade, nota-se a cada encerramento do exercício para atender as obrigações acessórias, torna necessário o fechamento de Balanço para registro dos livros fiscais e das 4 (quatro) empresas que disseram usar as informações contábeis, cobram com freqüência esse relatórios fazendo com que contabilidade esteja em dia com os lançamentos.

Conforme o quadro 01, das 16 (dezesesseis) empresas prestadoras de serviços, solicita com freqüência os relatórios com informações de pessoal para controlar a admissão e demissão de funcionários, visto que nesse seguimento a uma escassez de mão de obra.

A periodicidade das demonstrações contábeis, para todas que responderam as perguntas é disponibilizadas no exercício seguinte nas assinaturas dos livros acessórios.

Das 11(Onze) empresa que considera importante a contabilidade para atender o fisco, os relatórios são enviados com 2 (Dois) meses em atraso, das 4 (Quatro) que disseram que usam relatórios para tomada de decisão, os relatórios são enviados no mês subsequente, observa-se que as empresas que solicitam relatórios com maior freqüência, trabalham no regime tributário presumido, e a exigência dos relatórios está relacionada a um número maior de obrigações acessórias com o fisco, 11(Onze) 100% cobra os relatórios da contabilidade para ter certeza que os serviços estão sendo realizados.

Das 35 (trinta e Cinco) 13 (treze) empresa não despertam nenhum interesse das informações contábeis.

Relatórios Contábeis	Nº de empresas
Balanco patrimonial	22
Balancete de verificação	11
Fluxo de Caixa	9
Demonstração do resultado	9
Demonstração do Patrimônio Líquido	0
Demonstração do Valor adicionado	1
Outros	2

Quadro 02 – Demonstrativos contábeis cobrados pelas empresas

Fonte: elaborado pelo autor

Satisfação das empresas com Serviços contábeis.

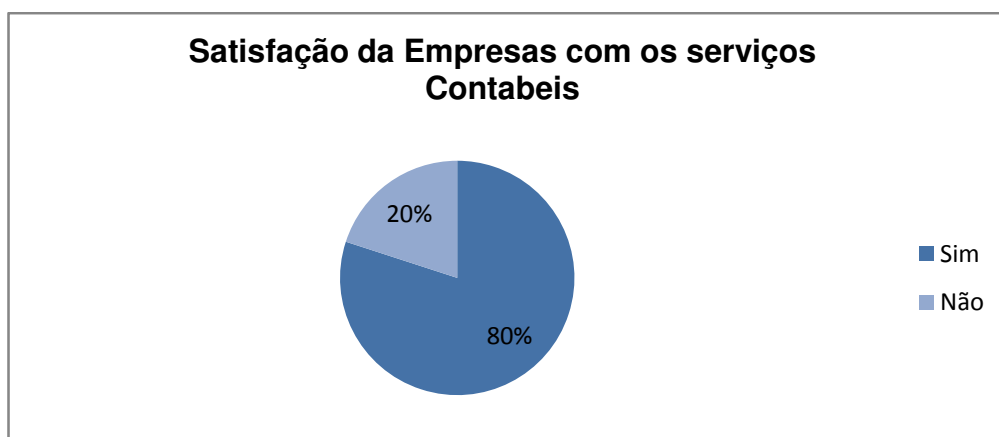


Gráfico 1 – Satisfação das Empresas com serviços Contábeis prestados

Fonte: elaborado pelo autor

As empresas que não estão satisfeita com os serviços contábeis, alegam a falta assessória por partes dos contadores e falta orientação em relação ao desempenho das atividades da empresa e atraso na entrega da documentação principal descontentamento.

Já 80% das empresas estão satisfeita com os serviços contábeis, responderam que os serviços prestados pelos escritórios atende a exigências fiscais, e disponibiliza informações sempre que solicitado.

Nesse contexto, a satisfação e a confiabilidade dos gestores e empresário no que diz respeito às informações e aos relatórios contábeis passa a ter certo grau de importância no processo decisório.

Observa o contador visite seu cliente pelo menos uma vez ao mês, e nessa visita procura abordar assunto relacionado ao andamento do negocio, levando em consideração que na conversa o contador consegue filtrar informações que pode interferir no desempenho organizacional.

Esse diálogo acredita-se que aproxima o contador do cliente, isso pode estar relacionado conforme mostra o gráfico 1, que 80% das empresas estão satisfeita com os serviços contábeis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto da pesquisa, conclui-se que a contabilidade é uma ferramenta essencial para que auxiliem os gestores e empresários a tomarem decisão na micro e pequena empresa. Pode, a contabilidade colaborar cada vez mais para a continuidade das empresas disponibilizando relatórios úteis e necessário em tempo hábil no que diz respeito à informação gerencial em todo ciclo de vida para as empresas.

Observa-se que as empresas são carentes de relatórios com informações, que auxiliem no desenvolvimento do negocio, nesse sentido o contabilista deve participar ativamente orientado e traduzindo os dados fornecidos, e demonstrar aos gestores a importância das informações contábeis para tomada de decisão.

Logo o profissional contábil vai disponibilizar aos seus usuários informação que necessitam para administrar seus empreendimentos, incentivando e participando do cotidiano das empresas de maneira decisiva na tomada de decisão.

Nos últimos anos a profissão contábil, vem sendo valorizada, o contador atual deve-se caracterizar capaz de planejar, e gerenciar informação e liderar todas as operações nas empresas. Assim para diferenciar da concorrência, o contador não deve privar só de calcular tributos e oferecer bom serviço, mas antes de tudo estar presente na vida das empresas e manter os clientes munidos de informações úteis.

Por meio da pesquisa realizada com 22 (vinte e Duas) Micro e Pequena Empresa na grande Curitiba, observou-se que o escritório afirma incentivar as empresas a utilizarem os relatórios da contabilidade na tomada de decisão e que na aquisição dos serviços os administradores aparentam motivados, e depois de certo tempo acaba o interesse do cliente em usar a contabilidade como ferramenta de gestão na tomada de decisão.

De acordo com o contabilista responsável, os empresários que abrem uma empresa porque visou uma oportunidade, tendo em vista essa situação a um interesse maior de acompanhar o negocio através dos relatórios contábeis, os empresários com perfil de empreendedor, diz ter maior flexibilidade na

comunicação facilitando o acesso na documentação do cliente que em contrapartida os relatórios gerados pela contabilidade torne-se mais eficiente.

Já os empresários que constituem empresa por necessidade, tende maior dificuldade para gerir o negocio, das 35 (trinta e Cinco), 13 (Treze) empresas encontra-se nesse perfil. A dificuldade e mau desempenho do negocio leva o desinteresse tornando ineficiente a contabilidade no diz respeito informações gerenciais na tomada de decisão.

Quanto ao sistema de informação observou-se carência na integração entre empresa e contabilidade, essa falta de interação compromete a agilidade na elaboração dos relatórios e a qualidade das informações.

Apesar da deficiência no fornecimento dos relatórios contábeis 80% das empresas responderam que estão satisfeita com os serviços oferecidos pelo escritório de contabilidade, acredita-se que isso acontece pelo o bom relacionamento do profissional com os empresários e gestores nas empresas.

Evidenciou-se a falta de conhecimento dos empresários no que diz e a importância da contabilidade como ferramenta de gestão, e confirmou-se que as empresas utilização relatórios somente para fins fiscais e tributário, e para que as empresa alcancem o sucesso os gestores devem ter acesso dos relatórios contábeis para nortear na tomada de decisão.

Mediante o resultado da pesquisa, observa-se que o contador tem dificuldade de transmitir o verdadeiro papel da contabilidade, que é auxiliar o usuário interno e externo, diante desse contexto a micro e pequena empresa não conhece a utilização da contabilidade na tomada de decisão, desperdiçando o benefício dessa ferramenta,

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Leis e Decretos. Lei 9.317 de 05 de Dezembro de 1996 – **Dispõe sobre o sistema integrado de impostos e contribuições das micro e das empresas de pequeno porte**.

BRASIL. Portal Tributário. **Tabelas práticas**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br>>. Acesso em: 20 abril. 2013.

BRASIL. Portal Tributário. **Tributos**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br>>. Acesso em: 20 de abril 2013.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Legislação**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 20 abril 2013.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. **Imposto de Renda**. São Paulo, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Resolução nº 785/95: **Das características da informação contábil**. 1995. Disponível em <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 20 Abril 2013.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ECIN ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL. **Tabela Real Presumido**. Disponível em <www.ecin.com.br/realpresumido.html>. Acesso em: 18 maio, 2013.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas em pesquisa. 5. Ed São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**, 8 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Orlean Silva. Planejamento em micro e pequena empresa (2005).

OLIVEIRA, Luís Martins de; CHIEREGATO, Renato; GOMES, Marliete Bezerra; et al. **Manual de Contabilidade Tributária**. São Paulo: Atlas, 2002.

PACCIOLI, Luca Bartolomeu. Historia Ca contabilidade do mundo medieval

PARRA FILHO, Domingos & SANTOS, João Almeida. **Metodologia Científica**. São Paulo: Futura, 1998.

SÁ, de Miranda. teoria da contabilidade 2 ed. São Paulo: Atlas, 1993.

SEBRAE Boletim estatístico de micro e pequena empresa WWW.sebrae.com.br / acesso 18 de maio de 2013.

APÊNDICES – Questionários / Micro e Pequena Empresa**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA NAS EMPRESAS****QUESTIONARIO**

As respostas não devem ter relação com as empresas em questão. O questionário tem objetivo de coletar dados para elaboração do (TCC) monografia e serve de requisito para obtenção do título de pós Graduação em Contabilidade e Finanças da Universidade Federal do Paraná.

Pretende-se, através da pesquisa obter informações sobre o uso das informações contábeis nas Micro e Pequenas Empresas. Informações de uso exclusivo da pesquisa.

1 – Qual porte da Empresa?

- ME
- EPP

2– Qual o ramo de atividade exercida na empresa?

- Comércio
- Serviços

3– Nível de escolaridade dos gestores e empresários?

- 1º Grau
- 2º Grau
- Superior

4– Qual idade média dos empresários?

- Menos de 30 anos
- 30 a 60 anos
- Mais de 60 anos

5– Conhecimento dos relatórios contábeis por parte dos gestores?

- Muito
- Pouco
- Nenhum

6– Qual importância da contabilidade para os empresários?

- Ferramenta necessária para atender às exigências fiscais.
- Ferramenta necessária para atender exigências fiscais e importante para auxiliar na tomada de decisão.

7– Qual relatório recebe com freqüência?

- Balanço Patrimonial
- Demonstrativo do Resultado do exercício - DRE
- Balancete de Verificação
- Fluxo de Caixa
- Outros. Quais?

8– Dos relatórios da questão 07, recebe na qual freqüência?

- Com 1 mês de atraso
- Com 2 meses de atraso
- Um ano após ao exercício
- Não recebe, Por quê?

9– A contabilidade incentiva o uso das ferramentas contábeis para tomada de decisão?

- Sim
- Não

10– Qual Regime de tributação das empresas?

- Simples
- Lucro Presumido
- Lucro Real

11– Estão satisfeito com os serviços da contabilidade?

- Sim
- Não

Questionário aplicado em Curitiba (_____/_____/_____).